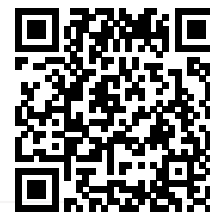


## Autorização Geral

**VALIDADE: 18/10/2024**



Requer Validação

Autoriza à atividade

Obras de Pavimentação da Rua Muniz Falcão e Trecho da Rua Projetada D, localizada no Conjunto Paulo Malta, s/n, Zona Urbana, Município de Inhapi/AL.

Entidade Autorizada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI**

Endereço

Avenida Senador Rui Palmeira, Nº 1121, Centro, Inhapi/AL

Nº do Processo

2023.19074810443.AUT.IMA

CNPJ

**12.226.197/0001-60**

Contato

Telefone:

Parecer Técnico

IMA/GELIC 1354/2023

Ficam reservadas a este órgão quaisquer ações fiscais/monitoramentos, assim como eventuais exigências ambientais que se mostrarem necessárias.

Maceió (AL), 18 de Outubro de 2023



**Ivens Barboza Leão**

Diretor Presidente em Exercício



**Flávio José Barbosa da Silva Júnior**

Presidente do Conselho de Administração - IMA

## **Autorização AUT N° 2023.18100429155.EXP.AUT com as seguintes condicionantes:**

---

1. O processo de execução deverá obedecer às informações apresentadas em projeto, e qualquer alteração que sofra deverá ser comunicado ao IMA/AL para análise;
2. Apresentar relatório do PGRCC, contendo os Certificados de Destinação Final – CDF (indicando os respectivos manifestos de coleta) em nome da empresa executora da obra, dos Resíduos Sólidos e Líquidos (Classe I e II) gerados pela atividade/empreendimento, em local ambientalmente adequado, ou seja, licenciado pelo órgão ambiental competente; - Semestralmente;
3. Todos os insumos minerais a serem utilizados nas obras devem ser provenientes de locais licenciados pelo IMA/AL, e sua comprovação efetuada por meio de apresentação da cópia das licenças ambientais dos locais e notas fiscais de compra; - Semestralmente;
4. A disposição de material de bota-fora provenientes das obras deverá ser em locais licenciados ou previamente autorizados pelo Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL; - Semestralmente.
5. Se couber, solicitar, em processo(s) específico(s), o licenciamento ambiental pertinente para o(s) canteiro(s); - Antes do início das obras;
6. Apresentar relatório de desmobilização do canteiro de obras e as medidas tomadas em relação aos dispositivos de tratamento e disposição final dos elementos construídos no local; - Ao término das obras;
7. Se couber, abastecimento de água para o canteiro de obras, apresentar atestado de viabilidade técnica para abastecimento de água; - Antes do início das obras.
8. Se couber, Comprovar solução ambientalmente correta para os efluentes gerados pelos colaboradores da obra. Caso seja ligado à rede pública, apresentar atestado de viabilidade técnica para lançamento na rede; - Antes do início das obras;
9. Fica terminantemente proibida a supressão de vegetação nativa sem a competente Autorização de Supressão de Vegetação – ASV, a qual precede de pedido e posterior avaliação do IMA/AL em processo específico com esta finalidade;
10. Confeccionar placas informativas a respeito da Autorização Ambiental (Modelo no site do IMA/AL); - Em até 60 dias após emissão desta autorização;
11. Somente são permitidas intervenções em áreas de terceiros, após anuência dos mesmos;
12. Ao termino das obras, apresentar relatório técnico com evidências do cumprimento das condicionantes;
13. Evitar e combater ligações clandestinas de esgoto sanitário no sistema de drenagem (Linhas d'água, bocas de lobo, poços de visita, galerias de drenagem e etc.); - Durante a vigência da Autorização Ambiental.
14. Esta Autorização Ambiental é relativa somente as Obras de Pavimentação da Rua Muniz Falcão e Trecho da Rua Projetada D, localizada no Conjunto Paulo Malta, S/N, Zona Urbana, Inhapi/AL. Devendo a implantação de eventuais empreendimentos futuros no imóvel adjacente serem objetos de licenciamento ambiental específico.
15. Esta autorização não isenta o interessado da observância das demais legislações aplicáveis ao empreendimento, bem como da obrigação de providenciar autorizações e/ou licenças necessárias exigidas por demais órgãos competentes;

Maceió (AL), 18 de Outubro de 2023



**Ivens Barboza Leão**

Diretor Presidente em Exercício



**Flávio José Barbosa da Silva Júnior**

Presidente do Conselho de Administração - IMA

16. Mediante decisão motivada o IMA-AL, poderá alterar as condicionantes, recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta Licença caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão, falsa descrição, ou subdimensionamento de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente licença, e; c) Superveniência de graves riscos ambientais.
17. Toda ocorrência referente a acidente ambiental deverá ser relatada através do Relatório De Ocorrência De Acidentes Ambientais encaminhado para o Órgão Ambiental Estadual, Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, com prazo máximo de vinte e quatro (24) horas;

Maceió (AL), 18 de Outubro de 2023



---

**Ivens Barboza Leão**

Diretor Presidente em Exercício



---

**Flávio José Barbosa da Silva Júnior**

Presidente do Conselho de Administração - IMA

## Autorização Geral

**VALIDADE: 18/10/2024**



Requer Validação

Autoriza à atividade

Obras de ampliação de ciclovias existentes, localizada no Município de Inhapi/AL.

Entidade Autorizada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI**

Endereço

Avenida Senador Rui Palmeira, Nº 1121, Centro, Inhapi/AL

Nº do Processo

2023.28075456472.AUT.IMA

CNPJ

**12.226.197/0001-60**

Contato

Telefone:

Parecer Técnico

IMA/GELIC 1368/2023

Ficam reservadas a este órgão quaisquer ações fiscais/monitoramentos, assim como eventuais exigências ambientais que se mostrarem necessárias.

Maceió (AL), 18 de Outubro de 2023



**Ivens Barboza Leão**

Diretor Presidente em Exercício



**Flávio José Barbosa da Silva Júnior**

Presidente do Conselho de Administração - IMA

## **Autorização AUT N° 2023.18100429260.EXP.AUT com as seguintes condicionantes:**

1. Qualquer alteração no empreendimento deverá ser comunicada ao IMA/AL, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para análise e emissão de parecer.
2. Apresentar relatório do PGRCC, contendo os Certificados de Destinação Final – CDF (indicando os respectivos manifestos de coleta) em nome da empresa executora da obra, dos Resíduos Sólidos e Líquidos (Classe I e II) gerados pela atividade/empreendimento, em local ambientalmente adequado, ou seja, licenciado pelo órgão ambiental competente; - Trimestralmente;
3. Todos os insumos da atividade ou empreendimento devem ser provenientes de locais licenciadas pelo IMA/AL, e sua comprovação efetuada por meio de apresentação da cópia das licenças ambientais das locais e notas fiscais de compra; - Trimestralmente;
4. Dispor de material de bota-fora provenientes das obras em locais licenciados ou previamente autorizados pelo Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL, devendo o interessado comprovar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, por meio de contratos, recibos e manifestos comprobatórios emitidos pelo receptor final dos resíduos. Apresentar cópia da Licença Ambiental ou documento equivalente do receptor; - Trimestralmente;
5. Fica terminantemente proibida a supressão de vegetação nativa sem a competente Autorização de Supressão de Vegetação – ASV, a qual precede de pedido e posterior avaliação do IMA/AL em processo específico com esta finalidade;
6. Se couber, solicitar, em processo(s) específico(s), o licenciamento ambiental pertinente para o(s) canteiro(s); - Antes do início das obras;
7. Apresentar relatório técnico com evidências do cumprimento das condicionantes; - No final da vigência da Autorização Ambiental;
8. Confeccionar placa informativa a respeito da Autorização Ambiental (Modelo no site do IMA/AL); - 60 (sessenta) dias após a emissão desta Autorização Ambiental;
9. Adotar de mecanismos de proteção nos pontos de deságue, para que sejam evitados processos erosivos em terrenos de terceiros, ou de qualquer ordem;
10. Somente são permitidas intervenções em áreas de terceiros, após anuência dos mesmos;
11. Esta Autorização Ambiental é relativa somente as Obras de ampliação de ciclovias existentes no município de Inhapi/AL. Devendo a implantação de eventuais empreendimentos futuros no imóvel adjacente serem objetos de licenciamento ambiental específico. - Durante a vigência da Autorização Ambiental.
12. Esta licença não exime o interessado na obtenção de outras autorizações e licenças previstas na legislação vigente, emitidas pelos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, civis e penais em caso de ocorrência de danos, degradação e/ou poluição ambiental;
13. Mediante decisão motivada o IMA-AL, poderá alterar as condicionantes, recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta Licença caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão, falsa descrição, ou subdimensionamento de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente licença, e; c) Superveniência de graves riscos ambientais.
14. Toda ocorrência referente a acidente ambiental deverá ser relatada através do Relatório de Ocorrência

Maceió (AL), 18 de Outubro de 2023

**Ivens Barboza Leão**

Diretor Presidente em Exercício

**Flávio José Barbosa da Silva Júnior**

Presidente do Conselho de Administração - IMA

de Acidentes Ambientais encaminhado para o Órgão Ambiental Estadual, Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, com prazo máximo de vinte e quatro (24) horas.

Maceió (AL), 18 de Outubro de 2023



---

**Ivens Barboza Leão**

Diretor Presidente em Exercício



---

**Flávio José Barbosa da Silva Júnior**

Presidente do Conselho de Administração - IMA